

11.dezembro.2014 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo
João Muñoz (Vice-Presidente) e Rodrigo Queiroz e Melo (Diretor Executivo)

Recebidos por: Deputada Margarida Almeida (PSD, que presidiu à reunião), Maria José Castelo Branco (PSD), Carlos Enes (PS) e Pedro Pimpão (PSD).

Assunto: Falta de pagamento pelo Estado das verbas devidas no ensino profissional, ensino artístico especializado e ensino especial.

Exposição: Os responsáveis da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) referiram a situação de atraso nos pagamentos aos estabelecimentos de ensino profissional, artístico e especial, salientando que não havia previsão de pagamentos e que aguardavam desde junho/julho.

Informaram que no dia anterior tinham recebido a informação de que talvez houvesse hipótese de pagamento no ensino profissional e realçaram que no caso de se avançar com os respetivos processos, isso significava que os pagamentos, previsivelmente, só seriam feitos no final de janeiro.

Manifestaram ainda particular preocupação com os ensinos especial e artístico, referindo que há já professores a pedirem rescisão dos contratos, por atraso nos pagamentos.

Em relação ao ensino artístico, referiram que as escolas estão a receber agora as propostas do POPH, depois será feita a aceitação e não sabem se recebem os pagamentos antes do Natal. No que respeita ao ensino especial, informaram que as várias instituições, nomeadamente o Externato Alfredo Binet, o Colégio Bola de Neve e o Centro de Educação Terapêutica do Restelo receberam os pagamentos do ano de 2013-2014 atrasados mas, tal como todos os outros, ainda não receberam qualquer montante respeitante ao ano de 2014-2015. O Colégio Eduardo Claparède ainda não recebeu o acerto respeitante a 13/14.

Por último, questionaram como seriam os pagamentos respeitantes a 2015 e argumentaram que a situação dos atrasos sistemáticos era inaceitável.

Interveio depois o Deputado Carlos Enes (PS), referindo que a matéria era conhecida do PS, que já fez perguntas ao Governo sobre a mesma e também questionaram o Ministro da Educação e Ciência no âmbito da discussão da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2015 e de uma interpelação do Governo e informando que ainda não tinham obtido respostas concretas. Indicou ainda que requereram uma audição do Ministro sobre várias matérias, incluindo estas e informou que o respetivo requerimento ainda não tinha sido discutido e votado na Comissão.

Realçou depois o prejuízo para os alunos e as escolas, questionou se tinham resposta do Ministério, indicou que ao que se sabia os prazos de pagamento indicados não tinham sido cumpridos e referiu que considerava a situação grave.

A Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) referiu que o processo dos atrasos nos pagamentos tem sido recorrente e não devia sê-lo, salientando que a conjuntura dificulta a concretização dos mesmos, mas com a melhoria prospetivada era desejável que a situação não se repetisse no futuro.

Informou ainda que dariam conta da preocupação ao Ministro e investigariam o que se podia fazer para evitar a repetição da situação.

A Deputada Margarida Almeida (PSD) questionou ainda se tendo presentes as Portarias recentes de assunção de compromissos plurianuais no âmbito de contratos de cooperação com escolas particulares de educação especial, todos os colégios que deveriam receber verbas as receberam.

Na sequência das questões e observações suscitadas, os representantes da AEEP referiram que parecia que havia dinheiro e a inviabilização do pagamento se devia a uma questão processual. Acrescentaram que iam apresentar 2 propostas para que a situação nunca mais se repetisse no futuro: (i) uma alteração à lei que reconhecesse a plurianualidade dos encargos em educação simplificando o processo de aprovação dos contratos e (ii) retomar o artigo 22.º do anterior Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, que permitia ao Estado adiantar montantes financeiros a escolas em dificuldade e que vigorou desde 1980.

Salientaram que as despesas de educação são plurianuais, pelo que não percebiam as dificuldades processuais em relação aos pagamentos e acrescentaram que os contratos visados pelo Tribunal de Contas não deveriam precisar de nova Portaria de extensão de encargos para o acerto final dos montantes devidos.

A documentação da audiência, incluindo as propostas remetidas pelos representantes da AEEP, e a gravação da reunião, encontram-se disponíveis na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 11 de dezembro de 2014

A assessora
Teresa Fernandes